



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 8h às 18h
Público << Campo excluído do banco de dados >>

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001832-80.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**
 Requerente: **DECIO BUENO NETO e outros**
 Requerido: **DECIO BUENO JUNIOR**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Décio Bueno Neto, Matheus Delfino Bueno e Sofia Delfino Bueno, menores representados por Alessandra Cristina Delfino Bueno, pleiteiam **ALVARÁ JUDICIAL** para o fim de ser procedido ao levantamento de valores depositados em nome de Décio Bueno Neto e Matheus Delfino Bueno, junto à Caixa Econômica Federal de São Carlos, nas contas indicadas na inicial, conforme documentos de fls. 15.

Justificam o pedido ante a necessidade de custearem parte das despesas escolares, comprovadas nos autos, despesas essas, inclusive, superiores aos valores a serem levantados.

Manifestação favorável do Ministério Público. (fls. 22).

É o Relatório. DECIDO.

Os autores pretendem o levantamento de valores depositados em conta bancária em nome dos requerentes Decio Bueno Neto e Matheus Delfino Bueno, para pagamento de parte das despesas.

Os documentos apresentados nos autos comprovam a existência de tais despesas.

POSTO ISSO, e considerando o que mais dos autos consta, acolho o pedido dos autores, representados por sua genitora, Sra. Alessandra Cristina Delfino Bueno, para o fim de determinar a expedição de alvará para levantamento dos valores existentes nas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

4ª VARA CÍVEL

RUA SORBONE 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das Horário de Atendimento ao Público<< Campo excluído do banco de dados >>

contas identificadas nos de fls. 15.

Julgo extinto o feito nos termos do artigo 269, inciso I do Código de Processo Civil.

Expeça-se Alvará Judicial com prazo de validade de 60 (sessenta) dias nos termos acima descritos, após o trânsito em julgado, com prestação de contas em prol dos menores, no mesmo prazo, podendo sua representante, para tanto, assinar todo e qualquer documento para esse fim.

Após, atendidas as regulares exigências e as devidas prestações de contas, arquivem-se os autos.

P.R.I.C, dando-se ciência ao Ministério Público.

São Carlos, 27 de março de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**